

Os índices de violência contra as mulheres visando o período pós-impeachment de Dilma Rousseff

Maria de Oliveira Ribeiro Penna(DCS/UFV); Ludymilla Leandra Cupertino Silva(DCS/UFV); Maria Eduarda Drumond Cassimiro (DSE/UFV); Clara Castro Reis (DSE/UFV); Vitória Estevam Lourenço (DCS/UFV); Cristiane Magalhães Melo (DSE/UFV).

Introdução

Fatores políticos entre 2016 e 2019 influenciaram a percepção social sobre as questões de gênero. Durante o governo Dilma (2011-2016), havia expectativas por parte dos movimentos feministas quanto à ampliação dos direitos das mulheres. Contudo, com o avanço da bancada evangélica no Congresso, projetos sobre gênero foram barrados. Após o impeachment (2016), Michel Temer assumiu o governo e promoveu o desmonte dos Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. A Secretaria de Políticas para Mulheres foi incorporada ao Ministério da Justiça, perdendo autonomia, demonstrando o desmonte sistemático de políticas públicas de proteção às mulheres e contribuindo para um ambiente de maior vulnerabilidade para as mulheres.

Objetivos

Este estudo buscou relacionar as críticas à presidenta Dilma Rousseff, feitas tanto pela população quanto pelos canais de comunicação, principalmente durante seu segundo mandato (2014-2016) – marcado por forte viés misógino – aos dados de violência de gênero ocorridos entre 2017 e 2019, no Brasil e em Viçosa/MG.

Igualdade de Gênero
Pesquisa

Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Em 2017, Viçosa registrou o segundo maior número de casos de violência contra mulher (VCM) da história da Casa das Mulheres (309 notificações), com 47% dos registros caracterizados como violência psicológica. Nacionalmente, os casos aumentaram de 18% (2015) para 29% (2017), sendo 67% de violência física. O aumento da violência psicológica em Viçosa e o aumento da violência física no Brasil podem ser interpretados como um reflexo do crescimento do discurso de ódio voltado para mulheres, que permeou a partir da imagem da então presidenta Dilma. Entre 2015 e 2017, a suspensão de recursos destinados à Casa das Mulheres comprometeu o levantamento e análise dos dados municipais, indicando o enfraquecimento de políticas públicas de proteção às mulheres. Em 2018, houve baixa nos registros (71 notificações), o que possivelmente está relacionada à suspensão das atividades da Casa nos anos anteriores e, em 2019, foram registrados 886 notificações, com dados provenientes de busca ativa. Segundo o IBGE e o Ministério da Saúde, em 2019, 29,1 milhões de mulheres acima de 18 anos sofreram algum tipo de violência, representando 18,3% da população brasileira. Esses dados reforçam a gravidade da situação e a necessidade de políticas públicas eficazes, que foram fragilizadas no período final do governo Dilma, devido ao ambiente político adverso e aos ataques misóginos.

Conclusões

A análise dos dados locais e nacionais, associada ao contexto político que autoriza/legitima a misoginia e a violência de gênero, evidencia que a instabilidade institucional não apenas fere os direitos das mulheres, mas também colabora com o aumento da violência e com a fragilidade dos dados, comprometendo a formulação de políticas públicas eficazes.

Material e Métodos ou Metodologia

Foram utilizados dados nacionais do DataSenado – instituto de pesquisa vinculado à Secretaria de Transparência do Senado Federal – em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência nacional, sobre violência doméstica e familiar, e dados locais do Programa de Extensão Casa das Mulheres dos anos de 2017 e 2019, ambos disponibilizados em seus sites. Foi realizada uma análise de caráter comparativo dos anos abordados, tanto municipal quanto nacional, para que fosse possível relacionar os dados com os fenômenos políticos decorrentes do período analisado.

Apoio Financeiro



Bibliografia

PROGRAMA CASA DAS MULHERES. Observatório de Dados. Disponível em: <https://programacasadasmulheres.blogspot.com/p/blog-page.html>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). Opinião Pública, v. 30, p. e3013, 2024.

BRASIL. Agência Patrícia Galvão. Pesquisa – violência doméstica e familiar contra a mulher (DataSenado), 2017. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-data-senado-omv-2017/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019; mulheres, jovens e negros são as principais vítimas. Agência IBGE de Notícias, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 25 jun. 2025.